



Poder Judiciário  
Estado de Goiás  
Comarca de Goiânia  
4º Juizado Especial Cível  
gab4juicivelgoiania@tjgo.jus.br  
Avenida Olinda, Qd. G, Lt. 04 - Sala M28, Fórum Doutor Heitor Moraes Fleury - PARK LOZANDES - GOIÂNIA/  
CEP: 74884120

Processo: 5768881-78.2024.8.09.0051

Requerente(s): \_\_\_\_\_

Requerido(s): \_\_\_\_\_

## SENTENÇA

(Nos termos dos artigos 136 a 139 do Código de Normas e Procedimento do Foro Judicial, o presente ato servirá, também, como  
Mandado de Citação/Intimação/Averbação e Ofício)

Trata-se de ação de conhecimento ajuizada por \_\_\_\_\_ em face de  
\_\_\_\_\_, ambas as partes devidamente qualificadas nos autos.



Relata a autora que, em junho de 2022, firmou contrato com a empresa requerida para a confecção de seu vestido de noiva e véu, com entrega prevista para maio de 2023 (até dois dias antes do evento).

Alega a autora que após a primeira prova, em fevereiro de 2023, o vestido apresentava problemas de medidas e ajustes.

Sustenta ainda que, em março e abril de 2023, ocorreram novas provas com persistência dos problemas de ajustes e falta de tecido e que nas últimas provas, realizadas em maio de 2023, mantiveram os problemas.

Argumenta que a entrega final ocorreu apenas no dia 19 de maio de 2023, horas antes do casamento.

Devido aos transtornos, alega a requerente que sofreu abalo emocional com lesões físicas causadas por choro excessivo, enquanto a requerida postava fotos de viagem nas redes sociais.

Isso posto, requer a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais).

A parte ré apresentou contestação no evento 21. No mérito, alega o cumprimento integral das obrigações contratuais e sustenta que o atraso se deu pela troca de tecido solicitada pela requerente há um mês do evento, mais precisamente nos dias 03 e 04 de abril de 2023.

Sustenta a ausência de demonstração de conduta ilícita por parte da empresa ré, porquanto a entrega foi devidamente realizada e o vestido foi utilizado pela autora em seu casamento.

Ao final, pugnou pela improcedência do pedido inicial.

É o sucinto relatório, tendo em vista o disposto no art. 38, da Lei Federal n. 9.099/95.

### **Fundamento e Decido.**

Os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo fazem-se presentes.

De logo, tenho como praticável o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil, eis que os documentos juntados são hábeis à comprovação da matéria fática, sendo prescindíveis a produção de outras provas, motivo pelo qual conheço diretamente do pedido.

### **I - DO MÉRITO**

#### **DA RELAÇÃO DE CONSUMO**

É preciso destacar a existência da típica relação consumerista entre as partes (artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor), bem como vislumbro a verossimilhança das alegações da parte requerente, possibilitando, portanto, a inversão do ônus da prova.



## DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL E DA FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Do conjunto probatório presente nos autos, verifica-se que a parte autora comprovou que, de fato, contratou os serviços da requerida para confecção de seu vestido de noiva com a data da entrega prevista para até dois dias antes do casamento, ou seja, até o dia 18.05.2023, consoante se extrai do contrato apresentado no evento 01, arquivo 04 (art. 373, I, CPC).

A autora comprovou também que sempre manifestou à ré o seu descontentamento acerca do tamanho da saia, das costuras tortas e da falta de ajuste do tecido em seu corpo, conforme comprova os *prints* de conversas, por meio do aplicativo *Whatsapp*, insertos no bojo da petição inicial (art. 373, I, CPC).

Nesse ponto, importante mencionar que as fotos trazidas aos autos pela requerente demonstram, de forma inequívoca, a falta de alinhamento dos botões na parte de trás do vestido, problema esse que persistiu inclusive no dia do evento (evento 01, arquivos 01 e 06) (art. 373, I, CPC).

Por outro lado, vislumbro que a ré deixou de comprovar que entregou o vestido em perfeitas condições no dia 18.05.2023 (art. 373, II, CPC), tendo confessado, inclusive, o atraso na entrega do produto e os erros cometidos na sua confecção. Vejamos:

"... a entrega do vestido finalizado ocorreu na véspera (um dia antes) do casamento.." (relato da ré no corpo da contestação)

"... agora já identificamos o erro e estamos cuidando de todos os ajustes com atenção"; "... peço desculpas pelo desgaste das provas..." (*print* de tela apresentado na impugnação à contestação evento 24)

Ora, a requerida não apresenta nenhum documento hábil (foto, por exemplo) para comprovar que o vestido foi entregue com todos os ajustes necessários e solicitados pela requerente (art. 373, II, CPC).

Ademais, importante mencionar que a requerida não comprova a alegação de que o atraso se deu em virtude da solicitação de troca de tecido por parte da autora, uma vez que as provas apresentados com a contestação dão conta tão somente das tratativas quanto à escolha do tecido, não podendo este julgador presumir que a troca se deu exclusivamente pelo simples descontentamento da autora com o tecido inicialmente escolhido (art. 373, II, CPC).

Assim, tenho que a parte ré não demonstrou a existência de nenhum fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito da autora (art. 373, II, CPC).

Sobre o assunto, colaciono entendimento do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Vejamos:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS – CONSUMIDOR – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – **CONFECÇÃO DE VESTIDO DE NOIVA** – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – APELO DA RÉ – Relação de consumo – Requerente que alega ter sofrido danos materiais e morais, decorrente de falha nos serviços prestados pela ré – Contratação da empresa ré para a confecção de vestido de noiva – Patente falha nos serviços prestados – Incontáveis **vícios**



**no vestido adquirido** – Tons distintos, remendos indevidos, **desalinhamentos de costura**, acabamento precário, vícios na gola do vestido e pontos perfurados no tecido – Gasto extraordinário de R\$ 10.280,00 com serviços de costura no dia do casamento – **Verossimilhança das alegações autorais** – Sentença de procedência, que condenou a ré a restituir o valor de R\$ 28.800,00, bem como ao pagamento de indenização a título de danos materiais no importe de R\$ 10.280,00, pelo gasto extraordinário com costureira, além de R\$ 5.000,00 a título de danos morais – Insurgência recursal da ré – Descabimento – **Evidente falha na prestação dos serviços** – Danos materiais e morais verificados – Valor arbitrado com parcimônia, sem configurar hipótese de enriquecimento ilícito – Sentença de procedência mantida integralmente, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça – Verba honorária majorada, nos termos do art. 85, § 11 do CPC – Recurso não provido (TJ-SP - Apelação Cível: 1014493-86.2022.8.26.0068 Barueri, Relator: José Augusto Genofre Martins, Data de Julgamento: 18/06/2024, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/06/2024)

Conclui-se, portanto, que houve inadimplemento contratual e falha na prestação dos serviços prestados pela requerida, sendo seu dever indenizar os prejuízos de ordem moral suportados pela autora.

### DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Diante das particularidades do caso em comento, notadamente a importância da celebração do casamento (da qual o vestido de noiva é parte fundamental), o valor investido no vestido, os erros grosseiros cometidos pela requerida (desalinhamento de costuras e botões), a ausência da reparação dos erros (mesmo após diversas provas) e a postura inerte da requerida diante das tentativas de resolução da parte autora, estou convencido que a condenação da parte ré a pagar à autora a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de reparação de dano moral, perfeitamente atende a tais objetivos.

### II - DO DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, I do CPC, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para **CONDENAR** a parte ré a pagar à parte autora a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, devidamente corrigida por meio do IPCA (artigo 389, parágrafo único, CC), a partir desta sentença (Sumula 362 STJ), e juros de mora mensais nos termos do art. 406 e seus parágrafos do Código Civil, a partir da citação.

Sem custas e honorários em caso de não interposição de recurso.

Ressalta, desde já, que a interposição de embargos protelatórios, que versem acerca da rediscussão dos termos da presente sentença ou valor da condenação, implicará a condenação da multa e sanções previstas no CPC.

No caso de recurso com pedido de assistência judiciária, deverá o recorrente juntar documentação, com as razões de recurso, sob pena de preclusão e deserção, tais como comprovante de imposto de renda dos últimos 2 anos, extrato bancário dos últimos 3 meses, comprovante de rendimentos, fatura de conta de água, energia elétrica, fatura de cartão de crédito, inscrição do CadÚnico retirada no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e outros que achar pertinentes.

**ADIRTO** que a parte requerida, caso queira, poderá proceder com o pagamento diretamente na conta bancária da requerente informada nos autos.



Publicada eletronicamente. **INTIMEM-SE.**

Transitada em julgado, inertes as partes, **ARQUIVEM-SE** os autos.

Goiânia, datado e assinado eletronicamente.

**GUSTAVO BRAGA CARVALHO** Juiz de Direito

(assinado eletronicamente)

